

FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: UM ESTUDO EM PERIÓDICOS

DR. JOSÉ FRANCISCO CHICON

Departamento de Ginástica e Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo
(Vitória — Espírito Santo — Brasil)
E-mail: chiconjf@yahoo.com.br

GRAD. LUDMILA LIMA PETERLE

Laboratório de Educação Física Adaptada, Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo
(Vitória — Espírito Santo — Brasil)
E-mail: ludmiluka@hotmail.com

GRAD. MONIQUE ADNA GALDINO DE SANTANA

Laboratório de Educação Física Adaptada, Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo
(Vitória — Espírito Santo — Brasil)
E-mail: moniquee.gs@hotmail.com

RESUMO

Pesquisa bibliográfica que objetiva analisar e investigar, nos principais periódicos da área da Educação Física, a produção e discussão do conhecimento sobre a formação de professores na perspectiva da inclusão, na década de 2000 a 2010. Define para o estudo cinco periódicos com reconhecimento nacional no campo da Educação Física, que possibilitou, a partir das fontes selecionadas, a identificação de três categorias de análise: autores, formação inicial e formação continuada. Os resultados revelam a carência de estudos nessa área específica, a dificuldade dos profissionais em promover a inclusão e a ratificação da importância da formação continuada para qualificar o trabalho docente.

PALAVRAS-CHAVE: Formação; inclusão; Educação Física; periódicos.

INTRODUÇÃO

Em se tratando do contexto de forte marginalização enfrentado pelas pessoas com necessidades educacionais especiais (NEEs),¹ surge, na década de 1990, o movimento em prol da inclusão dessas pessoas como alternativa à exclusão social a que eram submetidas nos âmbitos educacional, profissional e do esporte, lazer e saúde.

Nesse bojo, concebemos o movimento de inclusão social como um processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir indivíduos com NEEs, fazendo com que tanto as pessoas, ainda excluídas quanto a sociedade busquem formas de “[...] equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (SASSAKI, 2006, p. 41).

Desse modo, as instituições educacionais devem priorizar o princípio da diversidade como um elemento que pode contribuir no processo de inclusão e escolarização de todos os alunos, pois, quando consideramos as diferenças, buscamos eliminar a exclusão a que eles são submetidos e também outras barreiras socialmente construídas ao longo de nossa história que impedem o acesso ao direito à educação e aos bens culturais produzidos pela humanidade.

Ao direcionarmos essas considerações para o espaço escolar, defendemos a premissa de que os professores de classe regular e de Educação Física devem atuar como mediadores das ações pedagógicas, construindo e problematizando junto com os alunos questões pertinentes à inclusão nas instituições de ensino. Assim, possibilitarão ao aluno construir atitudes que vão ao encontro de valores sociais como: respeito às diferenças, solidariedade, aceitação, trabalho em equipe etc.

No entanto, pesquisas na área da educação (JESUS, 2006; JESUS; BARRETO; GONÇALVES, 2011) e especificamente na Educação Física (CRUZ, 2005; CRUZ; SORIANO, 2010; FILIUS; MARTINS JUNIOR, 2004) apontam que professores, de uma maneira geral, se dizem despreparados para atuar com crianças que apresentam NEEs mesmo acreditando nos méritos da inclusão.

No âmbito da educação inclusiva, todas as pessoas têm o direito de receber uma educação de qualidade que considere e respeite suas características e limitações. Assim, investir na formação dos professores pode oportunizar a problematização de

1. De acordo com a Resolução nº 2/2001, que dispõe sobre as diretrizes curriculares para a educação especial na educação básica, art. 5º, os educandos com necessidades educacionais especiais (NEEs) são aqueles que, durante o processo educacional, apresentam:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares [...].

II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes” (CONSELHO..., 2001, p. 2).

sua prática pedagógica inclusiva, uma vez que a falta de preparo limita a intervenção do profissional.

Nesse sentido, interessa-nos conhecer o estado da arte a respeito da formação com foco para o debate da inclusão. Esse interesse nos apontou a necessidade de investir mais no levantamento das produções bibliográficas desenvolvidas pelos estudiosos da área e discussões atuais sobre as questões concernentes à formação de professores de Educação Física na perspectiva da inclusão.

Essa tomada de consciência nos levou a decidir pela organização deste artigo, que carrega a incumbência de buscar respostas às seguintes questões norteadoras: a) O que vem sendo produzido e discutido sobre a formação de professores na perspectiva da inclusão, nos principais periódicos da Educação Física? b) Qual o perfil acadêmico dos autores que têm investigado e publicado seus trabalhos sobre a formação de professores na perspectiva da inclusão nos principais periódicos da Educação Física?

Organizamos a pesquisa no intuito de responder às questões acima citadas. Nessa perspectiva, definimos como objetivo: investigar e analisar, nos principais periódicos da área da Educação Física, a produção, o perfil acadêmico dos autores que têm investigado sobre a área e a discussão do conhecimento sobre a formação de professores na perspectiva da inclusão, no período de 2000 a 2010.

METODOLOGIA

O estudo em tela se configura em uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos.

Para o alcance dos objetivos propostos, elegemos, dentre os principais periódicos da área, pesquisar a Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), organizada pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), a Revista Movimento, organizada pela Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Revista da Educação Física, organizada pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Revista Pensar a Prática, organizada pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, organizada pela Universidade de São Paulo (USP).

A escolha desses periódicos considerou a sua importância para o campo da Educação Física em nível nacional e internacional e sua relevância como revista científica para o meio acadêmico e profissional, trazendo, em seus textos publicados, contribuições importantes para o conhecimento em Educação Física/Educação Física Adaptada.

Os artigos para análise foram selecionados diretamente no site das respectivas revistas, consultando os sumários, no período de 2000 a 2010. A justificativa da escolha desse período se deu pelo fato de que a discussão sobre a inclusão de pessoas com NEEs ganhou maior notoriedade na Educação Física escolar nessa época. Para identificação dos artigos relevantes ao estudo, utilizamos como referência as palavras-chave: formação, Educação Física e inclusão, guiando-nos, predominantemente, pelos títulos dos artigos e, quando se fez necessário, pela leitura do resumo. Os cinco textos identificados foram transferidos para o banco de dados, impressos e organizados na forma de brochura, para tratamento, análise e discussão.

Os dados foram analisados a partir das categorias que emergiam dos conteúdos dos artigos, seja por sua recorrência, seja por sua relevância (BARDIN, 2004). Neste caso, encontramos três categorias, a saber: autores, formação inicial e formação continuada.

ANÁLISE/DISCUSSÃO DA PRODUÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO, NOS PERIÓDICOS ESTUDADOS

Nossa primeira aproximação com o tema focaliza as três categorias de análise e os tempos de produção/publicação dos trabalhos:

Tabela 1 – Distribuição dos trabalhos nas categorias² e ano de apresentação

Ano/Revista	Pensar a Prática	Movimento	Rev. B. de Ciênc. do Esporte	Rev. B. de Ed. Fís. e Esporte	Rev. da Ed. Física (UEM)
2000					
2001					
2002					
2003					
2004			I-FI		2-FI
2005				I-FC	
2006					
2007					
2008					
2009					
2010	I-FC				

Legenda — FI = Formação Inicial FC = Formação Continuada

2. A categoria "autores" se encontra permeando todos os trabalhos.

Nos temas relativos à formação do professor, se considerarmos o período 2000-2010, percebemos que predominam, nos primeiros cinco anos, três trabalhos sobre a formação inicial de professores e um trabalho sobre formação continuada. Dos cinco periódicos pesquisados, somente três apresentaram publicações e todas se efetivaram no ano de 2004 e 2005, não havendo publicações de 2000 a 2003.

Nota-se que, entre os anos de 2006 a 2009, não houve publicação nos periódicos analisados. Somente no ano de 2010 foi publicado um artigo sobre o tema formação continuada. O tema formação inicial não foi contemplado com publicações. Ou seja, partindo desses dados, podemos afirmar que, no segundo quinquênio, a frequência de artigos publicados foi ainda menor.

A Tabela 2, a seguir, completa as informações da Tabela 1.

Tabela 2 – Levantamento quantitativo dos trabalhos publicados nos cinco periódicos estudados no período 2000-2010

Periódicos	Artigos Gerais	Artigos Formação	Artigos Formação /Inclusão
Movimento/UFRGS	313	15	0
RBCE/CBCE	405	9	1
RBEFE/USP	290	7	1
R. EF /JEM	374	4	2
R. Pensar a Prática/UFG	212	20	1
TOTAL	1594	55	5

Esses dados nos revelam que, dentre os 1.594 artigos (originais, revisão e ensaios) publicados no total dos cinco periódicos estudados, 55 versam sobre a formação, destacando-se a revista Pensar a Prática (20) e Movimento (15) como lugar de maior publicação sobre o tema e somente cinco sobre formação na perspectiva da inclusão, o que demonstra que há estudos sobre formação, mas, especificamente sobre formação/inclusão são ínfimos nesse universo.

Uma das razões para tal fato que pode ser sinalizada refere-se à mudança de paradigma ocorrido na década de 1990, com o advento do movimento de inclusão de pessoas com deficiência, pois, antes, os alunos com NEEs frequentavam basicamente as instituições especializadas, nas quais poucos eram os professores que tinham contato com esse público. Logo, a inclusão deles no ensino regular é uma problemática recente, o que se reflete na pouca produção de conteúdos referentes a essa temática, principalmente, no âmbito da Educação Física (CHICON; SOARES, 2004).

Nossa segunda aproximação com o tema focaliza as três categorias que emergiram da análise dos dados em direção aos objetivos propostos para o estudo.

AUTORES

Quanto aos autores, discorreremos sobre os seguintes aspectos: relação entre os autores, titulação, tipo de trabalho produzido, região e vínculo institucional.

Dos cinco artigos identificados nos periódicos, participaram nove autores. Cada autor apresentou de um único artigo, exceto Cruz, cuja produção foi de dois artigos. Desses autores, na ocasião da publicação, seis eram doutores, um mestre, um mestrando e um bacharel em Fisioterapia. Quanto à produção, todos os cinco artigos foram realizados em duplas. Quatro dos trabalhos parecem configurar relações de orientação entre professores doutores e alunos em diferentes níveis, graduação, mestrado e doutorado. Um dos trabalhos foi realizado em parceria entre dois professores doutores. Dois dos trabalhos analisados são pesquisas qualitativas que envolvem grupo focal, dois são pesquisas exploratórias e um é pesquisa bibliográfica.

Em consulta ao currículo *lattes*, identificamos que os nove autores são professores e apenas um não mantém vínculo institucional com o ensino superior, lecionando em escolas da Prefeitura e do Estado. Os que mantêm vínculo institucional com o ensino superior atuam em programas de graduação e pós-graduação (mestrado e/ou doutorado).

Os autores estão concentrados nas Regiões Sul com a produção de quatro trabalhos e no Sudeste do País com apenas um trabalho. Nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil, não identificamos nos periódicos estudados nenhum trabalho realizado. Observamos que a produção científica na área da educação especial está concentrada nos grupos de pesquisa nos programas de pós-graduação, principalmente estimulada pelos projetos de pesquisa de mestrandos e doutorandos.

FORMAÇÃO INICIAL

Na sequência de nossa análise sobre os trabalhos apresentados nos periódicos, no período 2000-2010, temos os estudos sobre a segunda categoria: formação inicial. Conforme se observa na Tabela 1, são três estudos que só aparecem no ano de 2004, em duas das cinco revistas exploradas.

No primeiro estudo (*Reflexões sobre a formação em Educação Física e a sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência*), Filus e Martins Junior (2004, p. 82) se propõem a caminhar na direção de "Identificar se a formação recebida no curso de Educação Física fornece subsídios ao profissional para o trabalho com pessoas [que apresentam] deficiência".

Participaram da pesquisa 14 professores de Educação Física que atuavam com alunos que apresentam deficiência em instituições especializadas e também em escolas regulares que possuíam turmas inclusivas, na cidade de Maringá/PR. Os professores responderam a um questionário com questões relacionadas com a formação profissional e o processo de inclusão educacional.

Os professores foram questionados pelos autores que indagaram se a formação recebida no Curso de Educação Física foi suficiente para o trabalho com os alunos com deficiência. A maioria dos profissionais respondeu que não se sentiram confiantes ao sair da graduação para trabalhar com esse público. Um dos motivos era não ter cursado a disciplina Educação Física Adaptada, porém outros entrevistados que cursaram essa disciplina alegaram que o conhecimento transmitido no curso não foi suficiente, afirmando que tiveram apenas uma pequena base.

Nessa direção, Filus e Martins Junior (2004, p. 86) destacam o depoimento de uma das professoras sobre essa situação:

Todas as disciplinas do Curso de Educação Física deveriam versar sobre a população com deficiência em sua área, como faz a disciplina de Basquete ao enfatizar o jogo do basquete em cadeira de rodas, além de uma disciplina de aprofundamento em Educação Física adaptada, visando focar assuntos mais restritos à deficiência.

Esse entendimento demonstrado pela professora vem ao encontro do que nós acreditamos e pode ser reforçado com as ideias de Cruz (2001 apud FILUS; MARTINS JUNIOR, 2004, p. 82) ao expressar:

As pessoas com deficiência estariam servidas de melhores e mais seguros profissionais na área da atividade física se o assunto necessidades especiais - deficiência fosse introduzido na formação profissional em nível de graduação, não com somente uma única disciplina 'dando conta do recado' e tratando com profundidade os aspectos conceituais da deficiência, mas sim, com o envolvimento de outras disciplinas do curso com o referido tema.

Outra situação destacada pelos autores e que é pertinente apresentar refere-se à dificuldade indicada pelos professores com relação à heterogeneidade da turma tanto nas instituições especializadas como no ensino regular no qual existem alunos incluídos, acreditando-se que o trabalho poderia ser mais rico com turmas mais homogêneas, assim como ocorre no ensino regular. Nesse caso, Filus e Martins Junior (2004, p. 84), buscaram apoio em Perrenoud (2000) para melhor elucidar a situação:

[...] o fato de haver inúmeros alunos na sala não significa que eles possuam o mesmo nível de desenvolvimento, os mesmos conhecimentos prévios, a mesma relação com o saber, os mesmos interesses, os mesmos recursos e idênticas maneiras de aprender. Sugere,

portanto, ser necessária a diferenciação dos alunos, bastando, para isso, romper com a pedagogia frontal (mesma lição e exercícios para todos), a fim de criar uma organização do trabalho e dispositivos didáticos que coloquem cada um dos alunos numa situação ótima de aprendizagem.

Os autores concluem afirmando que são necessários mais estudos sobre a formação de professores na perspectiva da inclusão e sobre a inclusão de pessoas com deficiências nas aulas de Educação Física, bem como que sejam oportunizados aos acadêmicos, durante o período de graduação, maior contato com esse público.

No segundo estudo (*Atitudes de graduandos em Educação Física do Cefid em face da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais*), Beltrame e Ribeiro (2004) analisam as atitudes de graduandos em Educação Física do Centro de Educação Física, Fisioterapia e Desportos (CEFID) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em face da inclusão de pessoas com NEEs no ensino regular.

Sob o formato de estudo do tipo descritivo-exploratório, participaram 125 graduandos de Educação Física do Cefid. Os autores utilizaram, como instrumento de coleta de dados, um questionário de atitudes de Sánchez e Alonso (1985), no qual o respondente identificava, em uma escala, o seu acordo/desacordo com relação à inclusão escolar de crianças com NEEs. O questionário foi composto de 30 itens com cinco alternativas cada um. Uma valorização de 60 seria média, superior a 60 refletiria uma atitude positiva e inferior expressaria uma atitude negativa.

A partir dos resultados obtidos, Beltrame e Ribeiro (2004) constataram que a maioria dos acadêmicos de Educação Física do Cefid (86,4%) apresentou uma atitude positiva diante da inclusão, no entanto observaram que esses acadêmicos revelaram ter pouco interesse, informação e experiência para atuar com pessoas que apresentam NEEs.

Moreira (1999 apud BELTRAME; RIBEIRO, 2004) destaca que o desconhecimento e a falta de interesse sobre a inclusão de crianças com deficiência nas aulas contribuem para aumentar ou consolidar o mito e o preconceito relativos aos que não estão inseridos nos “padrões da normalidade”.

Em conclusão, Beltrame e Ribeiro (2004) entendem que se faz necessário oferecer um maior número de disciplinas que abordem temas relativos à Educação Física Adaptada. Também é preciso proporcionar experiência e conhecimento das deficiências a esses acadêmicos, para que os professores se sintam motivados e subsidiados e possam contribuir para atingir o que preconiza a política de inclusão.

No terceiro estudo (*A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira*), Araújo e Ribeiro (2004) objetivam fazer uma relação entre a formação acadêmica, a partir da inclusão da disciplina Educação Física

Adaptada nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física com a expansão do desporto para a pessoa com deficiência. É válido explicitar que o desporto para pessoas com deficiência é uma prática que existe no Brasil desde os anos de 1950.

Os autores se reportam ao contexto histórico da Educação Física no Brasil, como disciplina ministrada no ensino regular, e identificam momentos nos quais os conteúdos desenvolvidos eram norteados por objetivos que visavam apenas ao aspecto físico do aluno, “[...] tornando aptos aqueles que possuísem um corpo saudável, dotado de talentos e aptidões, [não havendo espaço para aqueles que não apresentavam] [...] o biotipo ideal para a época” (p. 59).

Afirmam que, durante a década de 1990, ocorreram várias mudanças com relação ao atendimento oferecido pelos órgãos governamentais ao esporte adaptado. Nesse mesmo período, acontecia um movimento paralelo de formação de profissionais em Educação Física que passaram a ter, em seus cursos de graduação, a partir de 1992, disciplinas abordando conteúdos voltados ao atendimento de pessoas com deficiência, o que deixa claro que já havia um movimento social amplo que concebia o homem valorizando-o para além de seus aspectos físicos.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a participação dos profissionais que passaram a ter em seus currículos disciplinas como Educação Física Adaptada ou Atividade Motora Adaptada foi indispensável no atendimento da clientela praticante de desporto adaptado.

No período em que essa disciplina foi introduzida nos currículos dos cursos, não havia professores capacitados para conduzir as aulas. A saída foi a criação de cursos de especialização para suprir tal necessidade. Com a disseminação de associações pelo Brasil, oferecendo o desporto como atividade a seus associados, tornava-se necessária a presença de um profissional habilitado capaz de oferecer uma prática segura e consciente.

No entanto, os autores chamam a atenção para o fato de que “[...] nem sempre há uma identificação dos futuros profissionais com essa área de atuação” e apontam como uma causa provável “[...] a dificuldade em se trabalhar com as diferenças, com o corpo não-perfeito, ‘incapaz’ de atingir o rendimento que se está acostumado a atingir em situações de ‘normalidade’” (ARAÚJO; RIBEIRO, 2004, p. 67).

Por meio do exposto, Araújo e Ribeiro (2004) identificam que a Educação Física, como área da formação profissional, tem se dedicado, nos últimos anos, por meio dos profissionais envolvidos com a Educação Física Adaptada, a propiciar experiências, pelas disciplinas disponíveis nos cursos de graduação, tanto na área escolar como na social e desportiva. Tais experiências são viabilizadas pelo ensino, pesquisa e extensão.

Segundo esses autores, quando o recém-formado chega ao mercado de trabalho, tem a possibilidade de dedicar-se ao desporto adaptado e, a partir da identificação, aperfeiçoar sua profissionalização.

FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada é um importante instrumento para os professores reavaliarem a prática docente, podendo, dessa forma, repensar e refazer a prática, possibilitando a produção de novos conhecimentos.

Compondo a terceira categoria — formação continuada — encontramos os trabalhos de Cruz e Ferreira (2005) e Cruz e Soriano (2010). Observamos, ainda na Tabela 1, que o primeiro trabalho surge em 2005 e o tema reaparece somente cinco anos depois, por coincidência, trazido pelo mesmo autor.

Abrindo a discussão, como primeiro estudo (*Processo de formação continuada de professores de Educação Física em contexto educacional inclusivo*), Cruz e Ferreira (2005, p. 166) objetivaram “Acompanhar como professores, do componente curricular de educação física, lidam em suas aulas com a proposta de inclusão escolar de alunos especiais e, em que medida, uma formação continuada pode contribuir para o enfrentamento desta situação”.

Para o desenvolvimento da pesquisa, formou-se um grupo de estudo/trabalho, envolvendo 16 professores de Educação Física que atendiam simultaneamente a alunos com e sem deficiência pertencentes à rede pública de ensino básico da cidade de Londrina/PR. Durante as reuniões de professores, que aconteciam quinzenalmente, eram debatidos temas específicos relacionados com a Educação Física/ Inclusão e situações vivenciadas pelos professores em suas intervenções na escola. Para efeito de coleta de dados, foram adotados na dinâmica do grupo: diários de campo reflexivos, entrevistas coletivas e observações e análises de aulas registradas em VHS. O tratamento dos dados coletados configurou fotografia, radiografia e cinematografia do grupo.

A partir das reflexões realizadas, Cruz e Ferreira (2005) apontam que o programa de formação continuada pôde contribuir para instrumentalizar a prática do professor no que diz respeito às situações de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais em aulas de Educação Física. Os autores indicam, também, que não se pode ignorar a história de vida dos professores envolvidos, assim como o processo de escolarização — em nível de educação básica — porque de alguma forma influenciam a formação profissional.

Os autores são enfáticos em afirmar que o processo de aquisição de habilidades motoras se refere ao aprimoramento das condições que uma pessoa possui

de movimentar-se em um mundo complexo e dinâmico, com vistas ao incremento de sua interação com o ambiente físico e social. Portanto, alertam-nos que “[...] é possível repensar a equivocada certeza da ausência de elementos básicos em nossa formação profissional para atuarmos junto a pessoas que apresentem algum tipo de deficiência” (CRUZ; FERREIRA, 2005, p. 165).

Ainda segundo Cruz e Ferreira (2005, p. 165),

(Re)conhecer as (de)limitações de uma área de atuação profissional é passo importante para que ela possa se aprimorar e estabelecer uma efetiva relação com outras áreas. A preparação decorrente de uma habilitação profissional obtida em um curso de nível superior é aprimorada tanto em função das vivências profissionais quanto dos investimentos acadêmicos futuros.

Nessa mesma linha de pensamento, entendem os autores que a competência necessária ao profissional de Educação Física para atuar com pessoas que apresentam deficiência passa pela organização de ambientes de aprendizagem que permitam a execução de tarefas motoras adequadas ao seu processo de desenvolvimento, conhecimentos específicos sobre as deficiências e metodologias de ensino da Educação Física, para citar alguns.

Cruz e Ferreira (2005) enfatizam que o professor deve focalizar o movimento e não a deficiência da pessoa, proporcionando a ela condições de emitir respostas motoras que lhe possibilitem interagir com o ambiente onde vive. A competência necessária para tanto deve traduzir a reunião de conceitos, procedimentos e atitudes obtidos durante o processo de formação profissional.

Para concluir, Cruz e Ferreira (2005, p. 178) deixam uma mensagem otimista e realista, na qual nós também acreditamos, que se faz necessário citar:

Por mais adversas que possam parecer as condições de trabalho em nosso sistema de ensino, sua superação se dará à medida que nosso investimento sobre a escola aumente. É fundamental que a autonomia profissional seja exercitada no sentido de fortalecer a autoria de projetos pedagógicos que garantam o processo de escolarização de nossos alunos. Essa conjugação do exercício responsável da autonomia, com a autoria de projetos pedagógicos efetivos, pode sustentar a autoridade profissional do professor de Educação Física dentro da escola. A inclusão escolar de alunos que apresentam necessidades especiais é, neste sentido, uma provocação que não pode ser ignorada.

Nessa mesma linha, no segundo estudo (*Perspectivas docentes sobre a formação profissional em Educação Física para atuação em contextos inclusivos*), Cruz e Soriano (2010) colocam os professores como protagonistas das reflexões/ações realizadas em contextos educacionais inclusivos. O estudo por eles proposto tem o objetivo de “[...] analisar a perspectiva de professores responsáveis pelo

componente curricular Educação Física sobre sua formação profissional para atuação em contextos educacionais inclusivos” (CRUZ; SORIANO, 2010, p. 1).

O estudo foi desenvolvido por meio de um grupo focal de professoras do ensino fundamental que atendiam alunos com e sem deficiência, pertencentes as 31 escolas da rede municipal de ensino de uma cidade paranaense (Iratí), nos anos de 2006 e 2007. Foram realizados encontros mensais de quatro horas, em turnos alternados, com a realização de entrevistas coletivas temáticas, registradas em gravador digital.

Os temas das entrevistas giraram em torno da inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares e da percepção sobre a qualificação profissional em contexto educacional inclusivo. Foram registradas no total seis entrevistas. Os dados foram transcritos e analisados, o que resultou num conjunto de respostas das participantes.

A partir da análise das temáticas investigadas, os autores destacam que todas as professoras envolvidas concordam com a inclusão de alunos com NEEs nas escolas regulares, sendo necessário o apoio de outros profissionais dentro da escola. Afirmam também que todas as participantes compartilham a ideia de que saíram de suas formações despreparadas para atuar nesse contexto.

Cruz e Soriano (2010) apontam, por fim, que as professoras reconhecem que os cursos de graduação realizados não proporcionaram uma formação profissional adequada para a atuação em contextos educacionais inclusivos. Quando se deparam com situações desse tipo em seu campo de trabalho, elas buscam a superação dessa situação refletindo e trocando experiências a fim de aumentar as estratégias em uma futura intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo nos revela de forma enfática, conforme a Tabela 1, que, no âmbito da formação, existem inúmeras pesquisas na área da Educação Física que circulam nos periódicos estudados, porém, numa perspectiva inclusiva, ainda são ínfimos os trabalhos publicados, ou seja, o que não quer dizer que outras produções do gênero não tenham sido realizadas em outros espaços. Nos cinco periódicos analisados, notamos uma concentração de trabalhos nas Regiões Sul (4) e Sudeste (1) do Brasil. E nas outras Regiões, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, não encontramos nenhum trabalho publicado. Isso gera uma tensão no sentido de se observar que existe uma lacuna no campo quanto à realização de estudos referentes à formação do professor de Educação Física na perspectiva da inclusão.

Esses dados nos indicam que estamos investigando pouco sobre o tema? Será que esse tema tem/teve pouca visibilidade nos cinco periódicos analisados? Essas são apenas hipóteses possíveis, mas que merecem ser cuidadosamente analisadas.

Da análise dos textos estudados, tendo como eixo a formação de professores para a prática inclusiva, identificamos o quanto nos são frequentes as manifestações de dúvidas e de inseguranças dos professores para atuar com alunos que apresentam NEEs, apesar de eles manifestarem sentimentos de carinho e de perplexidade na relação com esses alunos. Visto assim, é necessário ressaltar a importância de termos determinado cuidado quanto aos sentimentos que cultivamos com relação aos nossos alunos, pois, se disseminadas essas impressões no contexto escolar, elas têm propriedade de produzir práticas pedagógicas sem efeito e interferir na aprendizagem dos alunos.

Além desses apontamentos, identificamos também que o “despreparo” citado pelos graduandos/professores para lidar com os alunos com NEEs parece ser decorrente da falta de experiências, da precariedade do estágio supervisionado e da falta de interdisciplinaridade entre as disciplinas nos cursos de formação inicial, fatores que foram enunciados pelos professores como principais causadores de insegurança e dificuldades para a atuação profissional, tanto pelos recém-formados quanto pelos professores de carreira.

A queixa dos professores quanto à “preparação” para atuar com vistas à educação inclusiva é recorrente e antiga e vem acompanhando a profissão desde o período em que ainda não havia, nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física, a disciplina Educação Física Adaptada ou Atividade Motora Adaptada. A implementação dessa disciplina nos currículos dos cursos de graduação tem propiciado experiências aos graduandos, tanto na área escolar quanto na social e desportiva. Atualmente, com essa falta suprida, a insegurança e dificuldade habitam outras lacunas do processo formativo/profissional. Por mais que a disciplina contribua para a formação do indivíduo, ainda assim é evidenciada pelos professores a necessidade de uma complementação. Outro aspecto a se destacar é o fato de que nem sempre há uma identificação dos futuros profissionais com essa área de atuação.

No âmbito da formação continuada, identificamos, nos textos analisados, que tanto os professores que não tiveram uma formação profissional voltada para a perspectiva inclusiva, quanto os que tiveram se sentiam inseguros diante das diferenças no cotidiano escolar, mesmo assim, não se entregaram ao conformismo e buscaram qualificar a sua intervenção por meio de cursos, leituras e troca de experiências a fim de aumentar seu conhecimento e ressignificar a sua prática.

Em frente a esse contexto, compreendemos que a formação continuada contribui para instrumentalizar a prática do professor, pois ela permite aos professores

reavaliar a prática docente, podendo, dessa forma, repensar e refazer a prática, possibilitando a produção de novos saberes/fazeres.

Nesse aspecto, o professor deve assumir um papel de agente de mudança social e permanecer em constante reflexão acerca da sua prática pedagógica, pois, no âmbito escolar, a diversidade/diferença é um desafio a ser enfrentado dia a dia na atividade docente, com vistas à potencialização do ser humano.

Formation, Physical Education and Inclusion: a Study in Periodics

ABSTRACT: Bibliographic research that objective to analyze and to investigate in the main journals of area of Physical Education, the production and knowledge discussion about teacher formation in the perspective of inclusion in the decade from 2000 to 2010. Define five journals with national recognition in the field of Physical Education, that because possible from of selected sources the identification of three categories of analyses: authors, initial formation and continuing formation. The results reveal the deficiency of studies in this specific area, the difficulty of professionals to promote the inclusion, and the ratification of the importance of continuing formation to qualify the teaching work.

Keywords: Formation; Inclusion; Physical Education; journals.

Formación, Educación Física e inclusión: un estudio en el periódico

RESUMEN: Estudio bibliográfico que objetiva investigar y analizar en los principales diarios de la área de Educación Física, la producción y discusión del conocimiento sobre la formación de profesores en la perspectiva de la inclusión, en el periodo de 2000 a 2010. Defini estudiar cinco revistas con reconocimiento nacional en el campo de la Educación Física, lo que permitió a partir de fuentes seleccionadas identificar tres categorías de análisis: autores, formación inicial y formación continua. Los resultados revelan la carencia de estudios en esa área específica, la dificultad de los profesionales en promover la inclusión y la rectificación de la importancia de la formación continuada para calificar el trabajo docente.

PALABRAS CLAVE: Formación; inclusión; Educación Física; revistas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, P. F. de; RIBEIRO, S. M. A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 57-69, maio 2004. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/238/240>>. Acesso em: 26 out. 2011.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BELTRAME, Thaís Silva; RIBEIRO, Joyce. Atitudes de graduandos em educação física do Cefid em face da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 15, n. 2, p. 17-22, 2. sem. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3417/2441>>. Acesso em: 19 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo escolar*, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16179>. Acesso em: 30 maio 2012.

CHICON, J. F. *Inclusão na educação física escolar: construindo caminhos*. 2005. 484 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHICON, J. F.; SOARES, J. A. Compreendendo os conceitos de integração e inclusão. CHICON, José Francisco (Org.). *Educação especial: fundamentos para a prática pedagógica*. Vitória, ES: EDUFES/CEFD, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. *Diário [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, 14 set. 2001. (Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica).

CRUZ, G. de C. *Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo*. 2005. 229 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

CRUZ, G. de C.; FERREIRA, J. R. Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 163-80, abr./jun. 2005. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180755092005000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 19 set. 2011.

CRUZ, G. de C.; SORIANO, J. B. Perspectivas docentes sobre formação profissional em educação física para atuação em contextos inclusivos. *Revista Pensar a Prática*, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-16, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/9263/8389>>. Acesso em: 9 nov. 2011.

FILUS, J.; MARTINS JUNIOR, J. Reflexões sobre a formação em educação física e a sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência. *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 15, n. 2, p. 79-87, 2. sem. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3424/2448>>. Acesso em: 19 set. 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, D. M. de. Inclusão escolar, formação continuada e pesquisa-ação colaborativa. In: BAPTISTA, C. R. (Org.). *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 95-106.

JESUS, D. M.; BARRETO, M. A. S. C.; GONCALVES, A. F. S. A formação do professor olhada no/pelo GT-15 - educação especial da Anped: desvelando pistas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 17, n. 1, p. 77-92, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000400007&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 dez. 2011.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

Recebido em: 7 abr. 2013

Aprovado em: 7 ago. 2013